

aprova
concursos

DETRAN-AM

Arquivista

Departamento
Estadual de Trânsito
do Amazonas



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos.
2. Tipologia textual.
3. Ortografia oficial.
4. Acentuação gráfica.
5. Emprego das classes de palavras.
6. Emprego do sinal indicativo de crase.
7. Sintaxe da oração e do período.
8. Pontuação.
9. Concordância nominal e verbal.
10. Regência nominal e verbal.
11. Significação das palavras.

Referências

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.
- DACANAL, J. H. Manual de pontuação, teoria e prática. 5. ed. Porto Alegre: Besourobox, 2017.
- DIONÍSIO, Ângela et al. Gêneros textuais e ensino. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência textual. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- FIORIN, José Luis e Saviolli, Francisco Platão. Lições de texto, leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- FIORIN, José Luis e Saviolli, Francisco Platão. Para entender o texto, leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência nominal. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009. LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- TOMASI, Carolina e MEDEIROS, João Bosco. Ortografia: novo acordo ortográfico da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Noções básicas de Hardware e Software: processador, memórias, barramentos, periféricos, dispositivos de entrada e saída. Principais aplicativos e softwares.
2. Conceitos básicos do Sistema Operacional Windows. Principais aplicativos e acessórios do Windows. Conceitos de organização de pastas e arquivos. Principais extensões de arquivos.
3. Conceitos básicos de Redes de Computadores: tipos, classificação, componentes, topologias, arquitetura e cabeamento, equipamentos de redes.
4. Conceito de Internet, Intranet e Extranet: Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de busca e pesquisa.
Noções de Computação em nuvem (Cloud Computing).
5. Segurança da Informação: Segurança Física e Lógica. Malware. Criptografia, aplicativos, dispositivos para armazenamento de dados e cópia de segurança, procedimentos de backup.
6. Pacote Microsoft Office. Principais aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas, editor de apresentações e audiovisual e Banco de Dados.

Referências

- MARÇULA, Marcelo & Pio A. B. Filho. – Informática: conceitos e aplicações, 5 ed. – São Paulo: Érica, 2019. 408 p.
- MANZANO, A.L.N.G. & MANZANO, M.I.N.G. Estudo Dirigido de Informática Básica. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. 10ªed. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2017.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO AMAZONAS

1. História do Amazonas:
Colonização da região do Amazonas.
Disputas territoriais e conflitos no Amazonas.
Principais atividades econômicas nos diferentes períodos da história.
Formação territorial.
Manifestações populares e culturais.
2. Geografia do Amazonas:
O espaço natural do Amazonas (noções de relevo, clima, vegetação e hidrografia do estado).
A população do Amazonas: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos.

O espaço econômico: desenvolvimento econômico, atividades agropecuárias, extrativistas e industriais.

O estado do Amazonas no contexto brasileiro.

Referências

AMAZONAS. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/historia/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IBGE. Atlas Geográfico Escolar – 8ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Página 37 de 58

IBGE CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

ROSS, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil – 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, C. A. F.; MONTEIRO, J. L. G. Geografia Regional do Brasil. Rio de Janeiro: Consequências, 2020.

SILVA, A. C; OLIC, N. B.; LOZANO, R. Geografia contextos e redes - Volume 1 – 2ª ed. São Paulo: Moderna: 2016. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/002899327ad6dc39bf1f1?authid=phK6t5Rixp00> >.

Acesso em: Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVA, A. C; OLIC, N. B.; LOZANO, R. Geografia contextos e redes - Volume 2 – 2ª ed. São Paulo: Moderna: 2016. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0028993278333b6b665ea?authid=xr4qNQx4QCEC>>.

Acesso em: Acesso em: 16 fev. 2022.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

1. Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503 de 23 /09/1997, alterada pela Lei 14.071/2020).

2. Resoluções

CONTRAN: 11/98, 14/98, 24/98, 32/98, 34/98, 46/98, 56/98, 87/99, 115/00, 127/01, 129/01, 160/04, 181/05, 197/06, 205/06, 231/07, 241/07, 254/07, 259/07, 275/08, 281/08, 282/08, 286/08, 291/08, 292/08, 309/09, 319/09, 326/09, 619/16, 623/16, 723/18, 789/20, 798/20, 849/21 e alterações.

Referências

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 1997. (atualizar com base na lei 14071/2020)

Normas, Regulamentos e Resoluções do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. <https://www.gov.br/infraestrutura/ptbr/assuntos/transito/conteudo-denatran/resolucoes-contran>. Acesso em 23/02/2022.

ARAÚJO, Jolyver Modesto de | PAZETTI, Arnaldo Luis Theodosio - Código de Trânsito Brasileiro (Anotado e Comentado) Ed. Tecnodata Educacional - atualizado até junho 2021.

NOÇÕES DE DIREITO (Exceto para Analista Jurídico)

1. Noções de Direito Constitucional:

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. Supremacia da Constituição.

Aplicabilidade das normas constitucionais.

Interpretação das normas constitucionais.

Princípios do Estado Democrático de Direito.

Organização do Estado Brasileiro. Estado Federal: União, Estados Federados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção Federal e Estadual.

Repartição de Competências.

Poder Constituinte.

Poder Legislativo.

Processo Legislativo. Espécies normativas. Garantias dos Parlamentares.

Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

OTCU na Constituição.

Poder Executivo.

Presidente e Vice-Presidente da República. Atribuições e Responsabilidades.

Poder Regulamentar e Medidas Provisórias.

Poder Judiciário.

Garantias. Jurisdição. Estrutura.

Funções essenciais à Justiça.

Direitos e Garantias fundamentais. Remédios Constitucionais. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública.

Seguridade Social.

2. Noções de Direito Administrativo:

Noções de organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.

Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder.

Licitação e Contratos. Administrativos: princípios, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade, modalidades, tipos, procedimento.

Improbidade Administrativa.

Processo Administrativo.

Bens Públicos.

Serviços Públicos.

3. Noções de Administração Pública:

Controle exercido pela Administração Pública.

Controle judicial.

Controle legislativo.

Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.

Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

Regime jurídico-administrativo. Conceito.

Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.

Orçamento Público.

Receitas e Despesas. Públicas.

Referências:

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Ed. Saraiva Jur. 7a ed. 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de Direito Constitucional. Ed. Juspodivm. 13o ed. rev., ampl. e at., 2019.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. Ed. Saraiva. 22a ed., 2018.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Ed. Saraiva Jur. 8a ed. 2018.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. Ed. Saraiva Jur. 16a ed. 2018. Página 38 de 58

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Ed. Método. 26a ed. 2018.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros. 33a ed. 2018.

CAVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Ed. Atlas. 31a ed. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Ed. Forense. 31a ed. 2018

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Ed. Revista dos Tribunais. 13a ed. 2018.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Curso de Direito Financeiro. Ed. Saraiva Jur. 1a ed. 2012.

ABRAHAM, Marcus. Curso de Direito Financeiro Brasileiro. Ed. Forense. 5a ed., 2018.
LEITE, Harrison Leite. Manual de Direito Financeiro. Editora Juspodivm; 8ª edição.
2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ARQUIVISTA

1. Planejamento e organização de arquivos:
 - a) aspectos conceituais
 - b) aspectos de formação e desenvolvimento de fundos documentais;
2. Política e descrição documental;
3. Ciclo vital dos documentos;
4. Tipologia documental em Arquivística;
5. Avaliação de documentos e classificação de documentos;
6. Sistemas e métodos de arquivamento;
7. Memória e patrimônio documental; 8. Gerenciamento Eletrônico de Documentos;
9. Tecnologias para arquivamento: Microfilme, mídia magnética, mídia ótica, e demais mídias;
10. Conhecimentos de informática: Processador texto, planilha e apresentação;
11. Normas ABNT:
ABNT NBR ISO 30300, ABNT NBR ISO 30301.

Referências:

1. Planejamento e organização de arquivos: a) aspectos conceituais b) aspectos de formação e desenvolvimento de fundos documentais;
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arq. & Adm., Rio de Janeiro, 10-14, v. 1, p.14-33, abr. 1982\ ago. 1986.
PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3 ed., Rio de Janeiro: FGV, 1997.
2. Política de descrição documental; Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: 2.ed., rev., adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- LOPEZ, ANDRÉ Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. (Trad. Manoel A. Wanderley). 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1980.
3. Teoria da Três Idades e Ciclo vital dos documentos;
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.
- COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O ciclo vital dos documentos no âmbito da arquivologia: surgimento, disseminação e interpretações. *Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 187-202, 2016. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/28336>>. Acesso em: 14 fev. 2022.
4. Tipologia documental em Arquivística;
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. Como fazer 8. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In: *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 197-215. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.
5. Avaliação de documentos e classificação de documentos;
- BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Como fazer, 1. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução n. 40, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/ptbr/legislacaoarquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-40-de-9-de-dezembro-de-2014-alterada>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 43, de 04 de setembro de 15. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais DIRETRIZES PARA A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NOS TERMOS DO DECRETO Nº 10.278/2020 37 confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>.
- Acesso em: 14 fev. 2022.
- ARQUIVONACIONAL. Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/arquivocentral/wp-content/uploads/sites/135/2020/07/CodigoClassifica%C3%A7%C3%A3o-e-TTD-atividade-meio-da-APF-25-06-2020.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2022.
6. Sistemas e métodos de arquivamento; PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3 ed., Rio de Janeiro: FGV, 1997.
7. Memória e patrimônio documental; JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Brasília: Ciência da Informação, Vol. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.
8. Gerenciamento Eletrônico de Documentos;
- RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: FGV; 4ª edição, 2007.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Documentos Eletrônicos: uma Visão Arquivística. Brasília: Associação Brasileira de Arquivologia, 2002.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 1995. (Publicações Técnicas, 47).
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - eARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julhode-2004.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira: visão geral sobre assinaturas digitais na ICP Brasil Doc-ICP-15 Versão 2.2. Disponível em: <http://www.iti.gov.br/images/repositorio/consultapublica/encerradas/DOC-ICP15_Versao_2.2_VISAO_GERAL_SOBRE_ASSIN_DIG_NA_ICP-BRASIL_xx-xx2015.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em:

<<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-doconarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006. Estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas. Disponível em: <[https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoesdoconarq/resolucao-no-24-de-3-de-agosto-de2006#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20para%20a%20transfer%C3%Aancia,digitais%20para%20institui%C3%A7%C3%B5es%20arquiv%C3%ADsticas%20p%C3%ABlicas.&text=g\)%20ser%20enviados%20em%20m%C3%ADdia,Art.>](https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoesdoconarq/resolucao-no-24-de-3-de-agosto-de2006#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20para%20a%20transfer%C3%Aancia,digitais%20para%20institui%C3%A7%C3%B5es%20arquiv%C3%ADsticas%20p%C3%ABlicas.&text=g)%20ser%20enviados%20em%20m%C3%ADdia,Art.>)> Acesso em: 14 fev. 2022.

9. Tecnologias para arquivamento: Microfilme, mídia magnética, mídia ótica, e demais mídias;

BRASIL. Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5433.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996. Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1799.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução n. 10, de 6 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos. Disponível em: <<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/252-resolucao-n-10-de-6-de-dezembro-de1999.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em:

<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-doconarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html> Acesso em: 11 fev. 2021.

11. Normas da ABNT: ABNT NBR ISO 30300, ABNT NBR ISO 30301, ABNT NBR ISO 15489.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 15489: Informação e documentação - Gestão de documentos de arquivo. Parte 1: Conceitos e princípios. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 30300: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 30301: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos. 2016
12 Legislação arquivística.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, v. 132, n. 123, p. 9.665, jun. 1994.

Seção I.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 06 ago. 2021.



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br